

SOBRE A DISCRETA RETIRADA DA TEORIA LITERÁRIA¹

Hans Ulrich Gumbrecht

Tradução de Ricardo Martins Valle

Não faz nem dez anos que leitores cultos ainda percebiam os debates da teoria literária como o que desde o início parece que foram: tempestades no copo d'água acadêmico que conseguiam atingir um espantoso grau de publicidade. Nos anos 70 e início dos 80, não era preciso ser necessariamente um estudioso de Literatura para ouvir falar dos apaixonados embates travados entre os guardiães do graal da práxis interpretativa marxista e uma nova geração de críticos que apostavam em Jacques Derrida e no manifestamente secreto *habitus* do “Desconstrucionismo”, aplicado à análise de textos literários. Hoje, a teoria literária está em vias de retirar-se discretamente, sem alarde e quase apressadamente. Mesmo estudiosos de literatura, porém, falam apenas periféricamente a esse respeito e somente se queixam (ou se alegam). Não mais os inquieta publicamente a questão do que poderia então vir “depois da teoria literária”.

Se a essa retirada não seguir efetivamente um *da capo*, a teoria literária acadêmica terá existido por precisamente um século. O crescente ceticismo em face de algumas condições centrais sob as quais

¹ Tradução de “Vom Leisen Abtreten der Literaturtheorie”. In: GUMBRECHT, H. U. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 16 de fevereiro de 2005.

a crítica literária se tornou, no tempo do romantismo, uma disciplina universitária – sobretudo o ceticismo em face dos intensamente idealizadores conceitos românticos de nação – parece ter sido o que, por volta de 1900, colocou na ordem do dia duas questões às quais se dedicariam exaustivamente os primeiros teóricos da literatura (e são devidamente considerados até hoje os primeiros teóricos da literatura que se entendiam como tais aqueles “formalistas” russos, que antes da Revolução de Outubro já causavam controvérsias com suas publicações): para eles estavam em jogo o desenvolvimento de um conceito de literatura aplicável metahistórica e transculturalmente e, ao mesmo tempo, o estabelecimento programático das tarefas da crítica literária. Esses problemas a perseguir não tiveram lugar enquanto os estudos literários, nos Estados nacionais burgueses do século XIX, desempenhavam sem problemas o papel de uma teologia em face da literatura, que fazia as vezes de religião. Hoje se pode dizer, olhando para trás, que a teoria literária, durante todos os anos de sua existência no século XX, nunca soube formular respostas que levassem a soluções passíveis de consenso a respeito daqueles problemas centrais da crítica literária. Mas justamente por meio disso – pela incessante problematização de si mesma – a teoria literária manteve a crítica literária viva.

Quase subitamente a teoria literária desocupou agora esse campo. Isso em parte pode ter a ver com a idéia finalmente consumada de que nunca se deixará constituir um conceito de literatura capaz de revelar todo fenômeno denominado “literário”. E, sobretudo hoje, soa espantosamente ingênuo, nesse contexto, o que se lê em ensaios programáticos, produzidos num passado mais recente, sobre a transformação da crítica literária em estudos culturais e sobre a sua adaptação a este ou àquele paradigma teórico; pois acreditamos saber que as disciplinas acadêmicas nunca se submetem a tais prescrições. Mesmo frentes polêmicas “Contra a teoria literária” – como as reforçou nos anos 80 o proeminente periódico americano **Critical Inquiry** com o propósito de prevenir um comprometimento da interpretação e da análise de textos literários em relação a este ou àquele paradigma

filosófico – soam demasiadamente agressivas e estridentes numa atualidade, como a nossa, de discreta retirada da teoria literária. Nós não presenciamos, portanto, um novo “fim das grandes teorias”, nem um prolongado fim das “pequenas” teorias da literatura que, através da teorização de si mesmas, mantinham então viva a teoria literária. Rapidamente se espalha um sentimento de normalização. Se a última frase e a última palavra de cada leitura de um texto deveriam ser infinitamente adiadas, como sugere o conceito de *différance* de Jacques Derrida, ou se cada texto literário deve ser lido como uma alegoria de sua própria ausência de referência, no sentido de Paul de Man, hoje acreditamos que isso também pode ser visto de outra maneira. Nós nos maravilhamos com o vertiginoso virtuosismo de um Derrida e com a cortante precisão de um de Man, mas nada hoje parece apontar para a perpetuação desses gestos no nível do consumidor comum. Ciência da comunicação – assim começa a ser considerada em semelhante ambiente – é, antes, um desenvolvimento específico das ciências humanas na Alemanha como um diálogo com o espírito do mundo e da época; desenvolvimento específico que somente sobreviverá se conseguir controlar sua tendência ao espiritual e ao anedótico.

O que move, porém, os estudiosos de literatura agora que recua a luta por um sempre novo paradigma? Para muitos deles a inércia das instituições ainda oferece uma chance de justamente não pensar a respeito. Assim, para as exigências dos centros de pesquisa e das faculdades na Alemanha ou para as solicitações de anos sabáticos nos *Humanities Centers* dos Estados Unidos fica aconselhado, até segunda ordem, que os próprios projetos se ajustem à velha retórica das grandes propostas. Ao mesmo tempo, porém, exortações, às vezes quase maliciosas, pelo regresso a uma tradição (mais ou menos) confiável – por uma “re-filologiação”, talvez, ou por uma nova concentração na história das idéias – encontra apenas pouca ressonância, mesmo entre aquelas novas gerações de estudiosos que na Alemanha trouxeram consigo sobretudo o grande projeto de edições clássicas e de documentação histórica dos conceitos.

Talvez o admiravelmente não programático Novo se deixe descrever preferencialmente como uma concentração sobre os textos clássicos, na qual as fronteiras e potenciais hierarquias entre filosofia e literatura começam a desaparecer. Em meio a isso, Friedrich Kittler entusiasma-se pelos mitos e filósofos da Grécia clássica e condensa o que ali observa (mas apenas raramente) em fórmulas de teoria da comunicação ou simplesmente matemáticas. Do outro lado do atlântico, em sua reflexão sobre rituais da morte, o italianista Robert P. Harrison (em seu livro **The Dominion of the Dead**) leva a uma tensa convergência a filosofia da história de Giambattista Vico, os autores da modernidade literária e os resultados das áreas de pesquisa em etnologia. Em Lisboa e Chicago, Miguel Tamen escreve **Practical Reasons**, ensaios curtos, nos quais se cruzam tradições literárias e filosóficas na identificação de problemas morais dificilmente solucionáveis. O título do livro de Brett Bourbon fornece, talvez com mais acerto, um conceito para essa tendência duramente concreta: **Literature as replacement for the Soul**. Com impressionante força argumentativa e às vezes também com grande clareza, Bourbon defende a tese de que a leitura de textos literários poderia (e deve) proporcionar hoje aquele tipo de vida espiritual que a tradição ocidental sintetizou com o conceito de “alma”. Isto é, uma vida espiritual em que rigor intelectual converge com momentos de intensa sensibilidade.

Todos estes são livros não apenas apaixonados mas também sérios, escritos por verdadeiros leitores dos clássicos que se afastaram para longe do pós-moderno e de seu jogo de citações, ornamentos e “virtualidade”, que então parecia sair por todos os poros. Em muitas universidades americanas faz parte dessa mesma nova atualidade um entusiasmo (com uma intensidade ainda sem precedentes) pela obra capital de Erich Auerbach, **Mimesis**. Há muito tempo que se lê o **Mimesis** não mais na busca por métodos de interpretação ou mesmo por grandiosos substratos filosóficos, mas como uma espécie de exercício no *habitus* (que de modo algum exerceria ainda autoridade patriarcal) de uma “observação da literatura”, a qual é dirigida antes a

um ganho empírico no ato da leitura do que a quaisquer “resultados” expressivos. Se um dia então se tornasse necessário encontrar um nome para esse ambiente (mas parece que nenhum dos novos estudiosos de literatura importa-se especialmente com isso), pode-se falar de um novo existencialismo da leitura literária. Em contrapartida, as implicações normativas e as demandas por conceitos como “investigação literária” ou “mudança de paradigmas” deslocaram-se para bem longe.

Para a impressão de discreta retirada da teoria literária e de entrada em cena de um novo estilo de leitura que não mais se preocupe em se fazer acompanhar do som de uma fanfarra, contribui o fato de esses dois movimentos complementares terem chamado para o projeto apenas teses que os interpretam como sintomas ou mesmo alegorias de uma nova atualidade “política”. Se, porém, essas tendências de fato se intensificarem, seguramente não faltarão vozes que as interpretem como “conservadoras” e, portanto, como sinais de outra “crise” no mundo das ciências humanas. Mas somente por isso tais reações passarão a ter interesse intelectual, uma vez que é muito fácil adivinhá-las. Menos banal decerto é chamar a atenção para um desenvolvimento, estruturalmente paralelo, na direção de uma abertura dos estudos literários para a filosofia em suas extensas imediações intelectuais. Nas universidades alemãs, esse desenvolvimento se condensa atualmente numa recíproca fascinação entre investigação científica do cérebro e teorias filosóficas da consciência. É verdade que a maioria dos filósofos envolvidos no debate não admite o que sempre eles – demasiado sensíveis talvez – parecem perceber e temer como tutela por parte das ciências da natureza. Mesmo assim os filósofos sempre tomam as teses dos neurocientistas como conhecimento verdadeiro – e isso não porque os cientistas menos sóbrios se imponham (como ainda há poucos anos o faziam) procurando possíveis conseqüências filosóficas, e mesmo também existenciais, de suas descobertas.

Duas reações-*standards* correndo em direções contrárias se propõem na Alemanha. Por um lado, pode-se chamar de volta os

intelectuais envolvidos no debate, em nome de higiene disciplinar. Não faltam aos filósofos conhecimentos científicos e aos cientistas, a erudição filosófica, como eles na Alemanha exigiram? Por outro lado, é possível ao mesmo tempo renunciar – e silenciar – ao debate, pela legitimação da “interdisciplinaridade” – desde muito, a mais barata das legitimações científicas. Em ambos os casos, trata-se de reações que a “ciência comum” põe à disposição de nossa época com possibilidades institucionalmente garantidas.

Contudo, justamente porque os movimentos mais recentes nos estudos literários assim como os debates entre filosofia e ciências naturais renunciam a estes gestos clássicos de auto-encenação intelectual, é natural ver neles o possível início de uma transformação profundamente comvente do entendimento dominante de “ciência” e da sua articulação em um cenário tradicional de “disciplinas”. Assim, a retirada da teoria literária seria talvez o discreto prelúdio de uma peça que ainda não conhecemos.